



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023101725 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição, requisitando pagamento de honorários em favor de SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA, pela perícia realizada no processo n. 0000026-17.2015.8.15.0151, movido por VIRGILIO INUCENCIO MANGUEIRA, em face do MUNICIPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA

Data da Autuação: 03/07/2023

Parte: Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira e outros(1)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235117924

Nome original: Ofício Requisatório (RPV) (1).pdf

Data: 30/06/2023 12:56:12

Remetente:

Deijair Vieira da Silva

Vara Única de Conceição

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.



30/06/2023

Número: **0000026-17.2015.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **21/01/2015**

Valor da causa: **R\$ 724,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VIRGILIO INUCENCIO MANGUEIRA (AUTOR)		ANDRE FREIRE DOS SANTOS (ADVOGADO) LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA (REU)		JOSE MARCILIO BATISTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75125504	26/06/2023 07:56	Ofício Requisitório (RPV)	Ofício Requisitório (RPV)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE CONCEIÇÃO

Juízo da Vara Única

Rua Antônio Gonzaga, s/nº, Conceição - PB - CEP: 58970-000

Tel.: () ; e-mail:con-vmis01@tjpb.jus.br

Telefone do Telejudiciário: (83) 3453-2263 ou (83) 99143-4896

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Nº Processo: 0000026-17.2015.8.15.0151

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Desembargador JOÃO BENEDITO DA SILVA,

Considerando que o(a) Senhor(a) SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo, ainda, que a parte REQUERENTE: VIRGÍLIO INUCENCIO MANGUEIRA, é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho constante no id. 31913813, página 29, dos autos

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. 00000026-17.2015.8.15.0151

1.1.2 Natureza da ação: Ação de Cobrança

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: Vara Única da Comarca de Conceição-PB



1.1.4 Autor (es): VIRGILIO INUCENCIO MANGUEIRA, CPF: 031.503.284-70

1.5.1 Réu (s): REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA-PB,
CNPJ: 09.0150.087/0001-58

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (X) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (X) Finais

1.1.8 Valor arbitrado R\$ 370,00(trezentos e setenta reais)

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA

1.3.2 Endereço: Praça Galdino Pires, nº 04, Cajazeiras/PB

1.2.3 Telefone (s): (83) 99373-5982

1.2.4 CPF:186.231.504-59

1.2.5. Banco: Banco do Brasil S/A 1.2.6. Agência: 3165-8 1.2.7 Conta-Poupança:29.073-4

1.2.6 Inscrição INSS: ou 1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: 132.27797.64-9

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: CONFEA nº 1801132518-5

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Conceição/PB, 22 de junho de 2023.

Deijair Vieira Silva

Analista Judiciário

Mat. 472149-7

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Francisco Thiago da Silva Rabelo/ Juiz(a) de Direito



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO THIAGO DA SILVA RABELO - 26/06/2023 07:56:54
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23062607565382800000070781945>
Número do documento: 23062607565382800000070781945

Num. 75125504 - P 03

Documento 1 página 5 assinado, do processo nº 2023101725, nos termos da Lei 11.419. ADME.54256.38861.15688.41316-0
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 03/07/2023 09:50



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235117925

Nome original: DEFERIMENTO JUSTIÇA GRATUITA.pdf

Data: 30/06/2023 12:56:12

Remetente:

Deijair Vieira da Silva

Vara Única de Conceição

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CONCEIÇÃO
PRIMEIRA VARA**

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 4º, da Lei nº 1.060/50.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, contados em quádruplo, em consonância com o disposto no art. 188, do CPC.

Conceição, 6 de Fevereiro de 2015.

Antônio Eugênio Leite Ferreira Neto
Juiz de Direito

DATA

Ano, 06 / 02 / 15, em

Conceição, recebi os presentes autos

em conformidade com a lavra deste ato.

A Secreária



Número: **0000026-17.2015.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **21/01/2015**

Valor da causa: **R\$ 724,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VIRGILIO INUCENCIO MANGUEIRA (AUTOR)		ANDRE FREIRE DOS SANTOS (ADVOGADO) LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA (REU)		JOSE MARCILIO BATISTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
40333 537	08/03/2021 13:58	Despacho	Despacho
42621 796	04/05/2021 15:00	Despacho	Despacho
65777 989	08/11/2022 13:11	Despacho	Despacho
66218 774	17/11/2022 19:20	Portaria de Designação	Portaria de Designação
66220 141	17/11/2022 20:19	Carta	Carta
66358 792	21/11/2022 20:11	Informação	Informação



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Conceição

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0000026-17.2015.8.15.0151

DESPACHO

Vistos, etc.

Tendo em vista que a parte é beneficiária da justiça gratuita, e que, para as partes assistidas pela gratuidade judiciária, deve ser, preferencialmente, nomeado perito integrante do quadro do Poder judiciário, nos termos da Resolução 09/2017 do TJPB, determino:

Proceda-se a escrivania pesquisa junto ao quadro dos peritos cadastrados no site do TJPB, preferencialmente os que atuam nessa região, ficando desde de já autorizada a sua nomeação.

Uma vez nomeado, intime-se o perito para designar dia e hora para realização do exame pericial, cientificando-lhe que os honorários periciais serão pagos após a apresentação do laudo, pelo Tribunal de Justiça, nos termos da Resolução 09/2017. Cientifique-se o perito de que deverá informar contatos e, em especial, o endereço eletrônico para onde serão dirigidas as intimações pessoais (art. 405,§2º, do CPC).

Após a nomeação, intemem-se as partes, via patrono, do inteiro teor deste despacho, bem como para apresentarem os quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Designada a data da perícia intemem-se as partes adotando as providências necessárias.

Cumpridas todas as diligências acima, voltem-me os autos conclusos para sentença.

Cumpra-se. Intimações necessárias.

Conceição, datado e assinado eletronicamente.



Fco. Thiago da S. Rabelo

Juiz de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Conceição**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0000026-17.2015.8.15.0151

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se o perito nomeado para designar dia e hora para realização do exame pericial, cientificando-lhe que os honorários periciais serão pagos após a apresentação do laudo, pelo Tribunal de Justiça, nos termos da Resolução 09/2017.

Diligencie a escrivania junto ao site do TJPB, a fim de verificar o valor dos honorários periciais estabelecidos na Resolução 09/2017 para o tipo de perícia a ser realizada no presente feito, devendo as informações serem repassadas para o perito.

Designada a data da perícia intuem-se as partes para, querendo, apresentarem os quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 05 (cinco) dias.

Com a apresentação do laudo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

Cumpra-se. Intimações necessárias

Conceição-PB, datado e assinado eletronicamente.

FCO. THIAGO DA S. RABELO

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Conceição

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0000026-17.2015.8.15.0151

DESPACHO

Vistos, etc.

Diligencie a escrivania em busca de outro perito para realização do ato, realizando para tanto, pesquisa junto ao quadro dos peritos cadastrados no site do TJPB, preferencialmente os que atuam nessa região, ficando desde de já autorizada a sua nomeação, devendo cumprir os demais termos do despacho anterior.

Conceição, datado e assinado eletronicamente.

Fco. Thiago da S. Rabelo

JUIZ DE DIREITO



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CONCEIÇÃO

JUÍZO DA VARA ÚNICA

PROCESSO Nº 0000026-17.2015.815.0151

Promovente: Virgílio Inucencio Mangueira , CPF nº 031.503.284-70

Promovido: Município de Santana de Mangueira - PB

NOMEAÇÃO DE PERITO

Cumprindo o determinado no despacho contido no id. dos autos supramencionados, nomeio como perito o engenheiro de segurança do trabalho, **Dr. SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA**, CPF nº 186.231.504-59, RG nº 4.986.865-SSP/PB, com registro no CONFEA sob o nº 1801132518-5, cadastrado no quadro de peritos do TJ/PB, com atuação nesta região, residente e domiciliado na Praça Galdino Pires, nº 04, Centro, Cajazeiras – PB, e-mail: pepepires17@gmail.com, para proceder à perícia no local de trabalho do promovente, devendo cumprir escrupulosamente o encargo, independentemente de termo de compromisso (art. 422, do CPC).

Conceição, 17 de novembro de 2022.

Deijair Vieira Silva

Analista Judiciário

Mat. 472.149-7





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Conceição

PROCESSO Nº 0000026-17.2015.8.15.0151

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Adicional de Insalubridade]

AUTOR: VIRGILIO INUCENCIO MANGUEIRA
REU: MUNICIPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA

CARTA DE INTIMAÇÃO DE PERITO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, intimo o **Dr. SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA**, CPF nº 186.231.504-59, RG nº 4.986.865-SSP/PB, com registro no CONFEA sob o nº 1801132518-5, cadastrado no quadro de peritos do TJ/PB, com atuação nesta região, residente e domiciliado na Praça Galdino Pires, nº 04, Centro, Cajazeiras – PB, e-mail: pepepires17@gmail.com, perito nomeado (cópia da portaria em anexo) para, **no prazo de 10 (dez) dias**, designar dia, hora e local para realização exame pericial no ambiente de trabalho da parte promovente, independentemente de compromisso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, oportunidade em que deverá formular sua proposta de honorários, ficando o aludido perito ciente de que os mesmos serão pagos pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, após a apresentação do laudo, nos termos da Resolução 09/2017.

CONCEIÇÃO-PB, 17 de novembro de 2022.

DEIJAIR VIEIRA SILVA
Chefe de Cartório



Re: CARTA DE INTIMAÇÃO - PROC. 0000026-17.2015.815.0151

De : saulo pericles <pepepires17@gmail.com> sáb, 19 de nov de 2022 10:50
Assunto : Re: CARTA DE INTIMAÇÃO - PROC.
0000026-17.2015.815.0151
Para : Deijair Vieira Silva <dejair.silva@tjpb.jus.br>

Prezados Senhores

Acuso o recebimento da intimação para atuar como perito no processo supra mencionado. No prazo legal enviarei a carta de aceitação bem como os demais requisitos para que essa perícia possa ser realizada.

Atenciosamente

Engº Saulo Pericles Brocos Pires Ferreira

Em qui., 17 de nov. de 2022 20:26, Deijair Vieira Silva <dejair.silva@tjpb.jus.br> escreveu:

Ilustríssimo Dr. Saulo,

Solicito-lhe acusar o recebimento da carta de intimação em anexo.

Att. Deijair Vieira Silva

Analista Judiciário

Mat. 472149-7

De : Deijair Vieira Silva <dejair.silva@tjpb.jus.br> qui, 17 de nov de 2022 20:25
Assunto : CARTA DE INTIMAÇÃO - PROC. 2 anexos
0000026-17.2015.815.0151
Para : DR SAULO - ENGENHEIRO PERITO
<pepepires17@gmail.com>

Ilustríssimo Dr. Saulo,

Solicito-lhe acusar o recebimento da carta de intimação em anexo.

Att. Deijair Vieira Silva

Analista Judiciário

Mat. 472149-7

Portaria de Designação.pdf

21 KB

Carta.pdf

25 KB





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235117926

Nome original: Laudo Pericial.pdf

Data: 30/06/2023 12:56:12

Remetente:

Deijair Vieira da Silva

Vara Única de Conceição

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.



Número: **0000026-17.2015.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **21/01/2015**

Valor da causa: **R\$ 724,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VIRGILIO INUCENCIO MANGUEIRA (AUTOR)		ANDRE FREIRE DOS SANTOS (ADVOGADO) LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA (REU)		JOSE MARCILIO BATISTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67769582	09/01/2023 12:23	Laudo Pericial	Laudo Pericial

LAUDO TÉCNICO PERICIAL

Laudo Técnico Nº 16/2022

REFERÊNCIA: PROCESSO COMUM CÍVEL

Nº DO PROCESSO: 0000026-17.2015.815.0151

Partes do processo:

RECLAMANTE: VIRGÍLIO INIUNCIO MANGUEIRA

RECLAMADO: MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA -PB.

Responsável por este Laudo Técnico: Saulo Pericles Brocos Pires Ferreira

Engenheiro Mecânico, Advogado, com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho
CONFEA 180.113.258-5, OAB - PB 11.455

LAUDO TECNICO DE AVALIAÇÃO DE CONDIÇÃO DE TRABALHO - INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

1.1 - Finalidade da Avaliação: O objetivo dessa avaliação é identificar as reais condições de trabalho exercidas pelo reclamante, e se nas condições verificadas existe a concorrência de situação de trabalho que envolva insalubridade ou periculosidade. Sendo aceita a incumbência em. Como tanto nas petições acostadas de reclamante e reclamado, foram apresentados questionários, que foram respondidos, apenas no final emitir-se-á a declaração que este perito é signatário.

1.2 - CARGO QUE EXERCE O RECLAMANTE: PODADOR DE ÁRVORES

1.3 - Data da diligência: Foi efetuada uma única diligência no local de trabalho pelo perito, começando às 10,30 hs do dia 28 de dezembro de 2022, na sede da Prefeitura municipal. E deslocando-se para os locais aonde o Reclamante exerce seu labor. Nesta visita, estiveram presentes apenas o perito, o reclamante, e um funcionário da prefeitura.

1.4 - Resultados obtidos na diligência: O perito verificou que o autor efetivamente trabalha com o serviço de efetuar a poda das árvores da cidade. Acontece, que o douto representante do Autor apresentou um opedito de "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO, COM UM ADICIONAL DE 40% NOS SEUS VENCIMENTOS CONFORME REZA O ITEM 15.2.1DA NR 15 DO MTE. Porém na vistoria efetuada NÃO FORAM CONSTATADOS ESSES FLORES DE INSALUBRIDADE QUE ENSEJASSEM ESSE ADICIONAL. o único fator a que o Autor está exposto é o risco físico de calor, por causa do trabalho ao ar livre, o que ensejaria um adicional de insalubridade em nível mínimo no percentual de 10% no seu salário base. Riscos químicos o autor também, não está sujeito a esses fatores, os riscos biológicos e as radiações ionizantes também não se apresentam no caso em tela. Se essas condições fossem generalizadas, toda a construção civil teria que pagar esse adicional de 40%, e ficaria inviabilizada. Então no caso do requerido pelo autor, o que esse perito pode conceder é um adicional de insalubridade no grau mínimo, no percentual de 10%.

Saulo Pericles B. Pires Ferreira
Engenheiro Mecânico, Advogado
REG. CONFEA 180.113.258-5

1.4.1 – Adicional de periculosidade: Mas existe no caso em tela, um fator deletério extremamente grave, que não se enquadra nos adicionais de insalubridades, os riscos de queda, acidentes, choques elétricos contatos com colméias de abelhas e manuseio com material cortante inadequado, sem que o município fornecesse nenhum EPI, e de acordo com os autores, sem treinamento adequado a exercer esse labor tão perigoso. Assim, esses profissionais estariam mais adequadamente enquadrados na NR 16, que trata de ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS, que a poda das árvores, com os seus equipamentos, de corte, por vezes em contato com as redes elétricas até de alta tensão, são de extrema periculosidade para os agentes que exercem esse labor e ainda, concomitantemente com o disposto na Nr 35 (SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM ALTURA) que considera enquadrado todo agente que exerce atividade em uma altura superior a 2,00 m do nível inferior, onde haja risco de queda, e o autor exerce seu labor sobre uma escada com 4,5 m, amarrada precariamente com cordas, o que se enquadra nessa NR 35 já citada.

Estas são as considerações que o perito pode chegar: fica a critério do douto julgador aceitar uma das duas hipóteses elencadas.

2.0 – QUESTITOS DA PROMOVIDA

1 – Informe o Sr. Perito, quais os de trabalho do autor e horários? Elabore um croqui com todos os detalhes.

R – Os locais de trabalho do autor são as árvores que se situam no perímetro urbano de Santana de Mangueira. Nessa visita de um dia não seria possível elaborar um croqui com todas essas árvores, por serem muitas e o cadista para executar esse croqui cobrou R\$ 500,00, enquanto os honorários desse perito são de R\$ 491,00 reais.

2 – Informe o Sr. Perito, tendo em vista o local de trabalho do autor constante no quesito anterior, se as atividades de risco são aquelas constantes na NR 15, elabore croquis, observando o que determina a referida norma regulamentar, para melhores esclarecimentos.

R – As atividades desenvolvidas pelo autor são as constantes na NR 15, bem como na NR 16 e NR 35. Sendo muito dispendioso a elaboração de croquis por causa da quantidade de árvores a serem podadas no município.

3 - Protesta desde já a apresentação de quesitos complementares ou suplementares conforme faculta a legislação em vigor.

R – Não há quesitos complementares ou suplementares para serem apresentados.

Sendo Perito B. Pires Ferreira
Declaro que sou o Perito
Recebi a quantia de R\$ 491,00
Recebi a quantia de R\$ 491,00

2.1 - QUESTITOS DO AUTOR

1 - Qual o trabalho que o autor desempenha no município e por quanto tempo (desde quando) exerce essa função?

R - O Autor desempenha o labor de efetuar a poda das árvores da cidade e desempenha essa função desde quando assumiu esse cargo, não é do mister desse profissional procurar decretos ou portarias para atestar esse tempo de serviço, isso fica a cargo de outros profissionais responsáveis pela burocracia do município.

2 - Para realizar suas funções laborais o autor fica exposto a a algum agente nocivo, degradante ou insalubre? Caso positivo descrever quais

R - Vamos por partes: o autor fica exposto a agentes considerados insalubres? Sim, pois esse labor é realizado a céu aberto e sob a insolação da região que mais recebe o calor solar do país, com os raios ultravioletas inclusos, que de per si, é um fator insalubre, conforme se requer na inicial. Também o autor trabalha em condições que esse perito considera perigosas, pois fazem uso de equipamentos perfuro-cortantes, inadequados e com partes improvisadas, sobre escadas não adequadas de 4,5 m de altura, amarradas por cordas, sem os EPI's adequados, (luvas, botas, cintos de segurança, etc.) ainda com o agravante de trabalharm muitas vezes próximos as redes elétricas, até de alta tensão, o que caracteriza na opinião do perito sujeitos a riscos de choques elétricos muito perigosos, e sujeitos a acidentes visto que trabalham em alturas superiores a 2,00 m do nível inferior, o que caracteriza o trabalho em altura, sem qualquer treinamento e essas redes elétricas sem qualquer proteção.

3 - O trabalho do autor é realizado a céu aberto?

R - já respondido no item anterior

4 - para realizar suas funções, o autor fica exposto diretamente ao sol

R - já respondido no item 3.

5 - O trabalho do autor gera exposição a calor excessivo?

R - já respondido no item 3

6 - haveria uma forma de de evitar a exposição do autor diretamente ao sol e calor excessivo no desempenho de seu trabalho normal?

R - sim, com a utilização dos EPI's adequados: chapéus protetores, aventais, calças e botas adequadas, indicados por profissionais especializados. Também a mudança no horário de trabalho evitando esses profissionais de trabalharem depois das 10,00hs da manhã e antes das 3,00 hs da tarde, evitaria essa exposição nesses horários de insolação mais intensa.

7- a insalubridade que atinge o autor é eventual ou cotidiana (diária)?

R - Cotidiana

8 - qual o grau de insalubridade que aoosenta o trabalho do autor?

Sendo Pericles B. Pires Fariás
Bacharel em Direito
REG. COFPA 1001123-5

R – em termos específicos de insalubridade: encontramos as de risco físico: Calor e trabalho ao ar livre, que na opinião deste perito, devem essas serem compensadas com um **adicional em grau mínimo de 10%**, mas reconhece esse perito que o autor trabalhava em situação grave de risco, que está sujeito a quedas (trabalho em altura como o disposto na NR 35), acidentes (quedas), choques elétricos, e outros riscos, como o ataque de abelhas, o que torna o trabalho do autor muito perigoso. Esses riscos, embora não tenham sido requeridos na inicial, deveriam, na opinião deste perito, e conforme o discernimento do Nobre julgador, serem levados em consideração. Esses riscos se apresentam como muito mais deletérios à saúde e até em caso de choque elétrico ou queda sem o EPI adequado, como constatado risco de lesão permanente ou morte.

9 – A insalubridade apresentada é contemporânea a data em que o autor começou a trabalhar no Município?

R- Prejudicada, pois essa informação deve ser obtida junto a secretaria de Administração do município e não ao perito, que é responsável somente pela parte técnica, ou seja, a avaliação dos riscos e situações deletérias à saúde e incolumidade do autor.

10 – O Município fornece algum equipamento de proteção para evitar ou diminuir os agente insalubres que acometem o serviço diário do autor?

R – Segundo informações do autor, nenhum EPI lhe foi fornecido, e durante a vistoria efetuada pelo perito, não foi verificado nenhum EPI utilizado no seu labor.

11 – Caso fornecia, em que frequência recebia os equipamentos de proteção?

R- Prejudicada, pois segundo as informações colhidas, o município não fornecia tais equipamentos.

12 – Há outras informações, sobre outros eventos insalubres diversos mencionados na petição inicial que podem ser úteis à solução da lide.

R – Sobre insalubridade, tudo o que tinha esse perito a informar, já foi exposto, assim como os outros riscos não mencionados na inicial. Havia um elefante na sala, mas para obter os 40%, o nobre causídico “esqueceu” de mencionar o que esse perito considera o mais importante.

3.1 - CONCLUSÃO

Então perante o exposto, no entender desse perito, existe uma situação de insalubridade a ser compensada através de adicional, sendo esse adicional na avaliação desse perito, ser de grau mínimo de 10%, conforme reza a NR 15, subitem 15.2.3, a contar do dia em que o reclamante entrou com o pedido desse benefício.

Informa o perito que existe uma situação de periculosidade, que o autor enfrenta que ensejaria o pagamento desse adicional de acordo com a NR 16 (subitem 16.4 : que reza : o disposto no 16.3 não prejudica a ação fiscalizadora do Ministério Público

Saúllo Pericles VIEIRA
EXERCIÇO DE FUNÇÃO
REDA, CONF. 110013753-5



Trabalho, nem a realização *ex-officio* da perícia, bem como a Nr 35 que trata a segurança e saúde no trabalho em altura e que estão submetidos os agentes que laboram com a poda de árvores. Esta situação foi constatada na perícia, mas fica a critério do Nobre julgador acata-la.

Observação importante: O Município deve fornecer aos podadores de árvores, além dos EPI's adequados, escadas apropriadas equipamentos de proteção para cabos elétricos, além do treinamento adequado para que esses riscos sejam minorados. "segurança do trabalho não é gasto, é investimento"

Juntam-se aos autos, como fotos do lugar aonde o reclamante exerce seu labor.

Por ser a expressão da verdade, subscrevo o presente laudo para que surte seus efeitos legais.

Santana de Mangueira/PB, 28 de dezembro de 2022.


SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA
ENGENHEIRO MECÂNICO
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - CONFEA nº 180.113.258-5
ADVOGADO OAB PB - 11.455

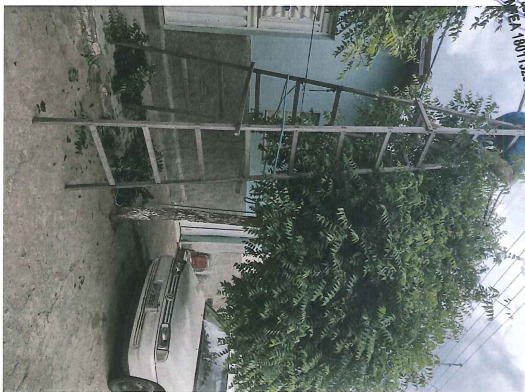
Saulo Pericles B. Pires Ferreira
Engenheiro Mecânico
Engenheiro de Segurança do Trabalho
REG. CONFEA 180113258-5





Sélio Pereira B. Pires Ferreira
ENGENHEIRO MECÂNICO
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
REG. CREA 180113258-5

FOTOS DE VIRGÍLIO INUCCENCIO MANGUEIRA



Sélio Pereira B. Pires Ferreira
ENGENHEIRO MECÂNICO
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
REG. CREA 180113258-5



Assinado eletronicamente por: DEIJAI R VIEIRA SILVA - 09/01/2023 12:23:25

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23010912232509000000064000377>

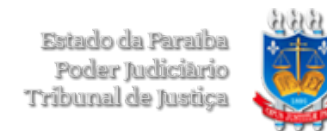
Número do documento: 23010912232509000000064000377

Num. 67769582 - P 6



Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Ajuda ? (http://suporte.tjpb.jus.br)



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA

Data nascimento: *

25/09/1956

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA

CPF: *

168.231.504-59

Identidade: *

4986865 _____

Órgão: *

SSP PB

INSS/PIS/PASEP: *

10269208728

Tipo: *

INSS

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

IRACLES BROCOS PIRES FERREIRA

Nome do pai:

WALDEMAR PIRES FERREIRA

Email: *

pepepires17@gmail.com

Telefone: *

(83) 99373-5982

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: *

Água Branca

Alagoa Nova

Alcantil

Algodão de Jandaíra

Alagoa Grande

Alhandra

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Engenheiro de Segurança do Trabalho	PERICIAS	1801132585	<div><div></div><div></div></div>
Engenheiro Mecânico	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	1801132585	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Endereço *

CEP

58900-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Cajazeiras

Bairro ?

Logradouro *

PRAÇA GALDINO PIRES

Número * ?

04

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
Carteira de identidade profissional Engenheiro	<div><div></div></div>

Dados bancários

Banco: *

Banco Bradesco S.A.

Agência: *

Conta: *

Tipo conta: *

Anexar arquivo

Gravar cadastro

SIGHOP

10537____

10111560_____

Poupança



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.101.725

Requerente: Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição

Interessado: Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira - Perito Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho - pepepires17@gmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho, Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira, CPF 186.231.504-59, NIT/PIS 10269208728, nascido em 25/09/1956, CBO 2149-15, pela realização de perícia nos autos do processo nº. 00000026-17.2015.8.15.0151, movido por VIRGILIO INUCÊNCIO MANGUEIRA, CPF 031.503.284-70, em face do MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA, CNPJ 09.0150.087/0001-58, perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição.

A Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições.- de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls.19/24 dos presentes autos.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito, Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira se encontra em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho, Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira, CPF 186.231.504-59, NIT/PIS 10269208728, nascido em 25/09/1956, CBO 2149-15, pela realização de perícia nos autos do processo nº. 00000026-17.2015.8.15.0151, movido por VIRGILIO INUCÊNCIO MANGUEIRA, CPF 031.503.284-70, em face do MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA, CNPJ 09.0150.087/0001-58, perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 3 de julho de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



03/07/2023

Número: **0000026-17.2015.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **21/01/2015**

Valor da causa: **R\$ 724,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VIRGILIO INUCENCIO MANGUEIRA (AUTOR)		ANDRE FREIRE DOS SANTOS (ADVOGADO) LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA (REU)		JOSE MARCILIO BATISTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75545803	03/07/2023 14:43	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.101.725 - referente a requisição de pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho, Saulo Péricles Brocos Pires Ferreira, CPF 186.231.504-59, NIT/PIS 10269208728, nascido em 25/09/1956, CBO 2149-15, pela realização de perícia nos autos do processo em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

